



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 32ª (trigésima segunda) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/4512/2016, 1/1404/2017, 1/3298/2017, 1/3786/2017, 1/3956/2017, 1/4105/2017, 1/5282/2017; 1/19/2018, 1/1758/2018, 1/3845/2018, 1/5620/2018, 1/5991/2018 – Cons. Mikael Pinheiro de Oliveira; 1/4156/2017 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; 1/3297/2017, 1/3162/2013 – Cons. Lúcio Flávio Alves, foram aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 31ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/6163/2017 – Auto de Infração nº 1/201717929. RECORRENTE: DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário interposto e, por voto de desempate da Presidência, dar-lhe provimento para declarar a nulidade da decisão proferida pela 1ª Instância, tendo em vista que o julgador singular não enfrentou todos os argumentos de defesa suscitados pela recorrente, com base art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Ato contínuo, determinam de ofício o **Retorno dos autos à Instância Singular para novo julgamento**. Os conselheiros, Alexandre Mendes de Sousa (relator), Felipe Augusto Araújo Muniz e Ricardo Ferreira Valente Filho se pronunciaram favoravelmente à pretensão da Recorrente. Foram votos divergentes os dos conselheiros, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que se manifestaram contrários à declaração de nulidade. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da

Assessoria Processual Tributária e, contrária a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se que o representante legal da recorrente, Dr. Thiago Morais Almeida Vilar, não compareceu para sustentação oral, embora regularmente intimado, conforme solicitado nos autos. **Processo de Recurso Nº 1/6164/2017 – Auto de Infração nº 1/201717928. RECORRENTE: DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário interposto e, por voto de desempate da Presidência, dar-lhe provimento para declarar a nulidade da decisão proferida pela 1ª Instância, tendo em vista que o julgador singular não enfrentou todos os argumentos de defesa suscitados pela recorrente, com base art. 83 da Lei nº 15.614/2014. Ato contínuo, determinam de ofício o **Retorno dos autos à Instância Singular para novo julgamento**. Os conselheiros, Alexandre Mendes de Sousa (relator), Felipe Augusto Araújo Muniz e Ricardo Ferreira Valente Filho se pronunciaram favoravelmente à pretensão da Recorrente. Foram votos divergentes os dos conselheiros, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que se manifestaram contrários à declaração de nulidade. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, contrária a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se que o representante legal da recorrente, Dr. Thiago Morais Almeida Vilar, não compareceu para sustentação oral, embora regularmente intimado, conforme solicitado nos autos. **Processo de Recurso Nº 1/6165/2017 – Auto de Infração nº 1/201717927. RECORRENTE: DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, preliminarmente, afastar a alegação, suscitada pela parte, de nulidade do julgamento singular por não ter enfrentado o argumento de que não houve prejuízo ao Erário estadual. **No mérito**, por maioria de votos, a 3ª Câmara resolve, dar parcial provimento ao Recurso Ordinário para modificar a decisão condenatória de 1ª instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, em razão do reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência da infração aplicando, para as operações não tributadas, o art. 126, c/c o art. 123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, com redação vigente à época do fato gerador, conforme preceitua no art. 144 do CTN e, para as operações tributadas aplicar o art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela procedência, nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se que o representante legal da recorrente, Dr. Thiago Morais Almeida Vilar, não compareceu para sustentação oral, embora regularmente intimado, conforme solicitado nos autos. **Processo de Recurso Nº 1/6166/2017 – Auto de Infração nº 1/201717926. RECORRENTE: DISTRIBUIDORA DE MADEIRA DO PARÁ LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, preliminarmente, afastar a alegação, suscitada pela parte, de nulidade do julgamento singular por não ter enfrentado o argumento de que não houve prejuízo ao Erário estadual. **No mérito**, por maioria de votos, a 3ª Câmara resolve, dar parci-

al provimento ao Recurso Ordinário para modificar a decisão condenatória de 1ª instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o auto de infração, em razão do reenquadramento da penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência da infração aplicando, para as operações não tributadas, o art. 126, c/c o art. 123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, com redação vigente à época do fato gerador, conforme preceitua no art. 144 do CTN e, para as operações tributadas aplicar o art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96 alterado pela Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela procedência, nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Registre-se que o representante legal da recorrente, Dr. Thiago Morais Almeida Vilar, não compareceu para sustentação oral, embora regularmente intimado, conforme solicitado nos autos. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 (vinte e quatro) de novembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA